EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

Nº 001/2015

Município de Harmonia

Edital de Pregão Presencial nº 001/2015.

Tipo de julgamento: menor preço por item

Edital de pregão para a contratação de empresa para o fornecimento de veículo e transformação do mesmo em ambulância.

O VICE-PREFEITO NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL DE HARMONIA, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 10 horas, do dia 09 do mês de Fevereiro do ano de 2015, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Jaco0b Weissheimer Sobrinho, nº 56, Centro, se reunirão a pregoeira e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 1624/2014, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento, com a entrega imediata e integral dos bens descritos abaixo, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17-07-2002, e do Decreto Municipal nº 519, de 02 de outubro de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93.

1. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a contratação para o fornecimento dos seguintes bens:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do bem
1	1	Unidade	Um veículo novo, zero Km (primeiro proprietário), ano e modelo de fabricação 2014, tipo furgão, teto baixo, com capacidade volumétrica no compartimento de carga de no mínimo 7,5m², com dimensões internas mínimas de: altura 1.600mm, comprimento 2.600mm, largura 1.750mm, na cor branca. Capacidade para transportar 01 (motorista) + 02 (passageiros), carroceria monobloco em aço automotivo, com porta lateral corrediça, tração traseira e/ou dianteira, com rodado simples na traseira, potência mínima de 140cv, movido a óleo diesel, 04 cilindros, sistema de gerenciamento eletrônico que atenda as

			Normas ambientais vigentes do CONAMA (PROCONVE P-7), direção hidráulica, caixa de cambio com no mínimo 05 e/ou 06 marchas a frente e uma a ré, freio hidráulico de duplo circuito com servo depressão, freio a disco em todas as rodas com discos frontais auto-ventilados, sistema de antibloqueio de rodas, sistema de controle de tração, servofreio de emergência, distribuição eletrônica de força de frenagem, barra estabilizadora dianteira e traseira, distância entre eixos de no mínimo 3.200mm, AIRBAG motorista, ventilação com ar quente com 04 velocidades, regulagem elétrica de altura de alcance dos faróis, rádio/CD/MP3 com entrada USB, imobilizador eletrônico com chave codificada e espelhos retrovisores com regulagem elétrica e travas nas portas com controle remoto e demais equipamentos de série, macaco, chave de rodas e estepe. **Valor de Referência: R$ 105.000,00**
2	1	Unidade	Transformação de veiculo conforme descrição no item 01, para ambulância com revestimento interno do teto e laterais em chapas brancas de fibra de vidro inteiriças e sem emendas, laminadas em moldes já com o formato da parte interna da carroceria e com reforços laterais de perfis de aço com tratamento anti-corrosivo, revestimento nas portas no mesmo material, isolação termo-acústica do compartilhamento de carga em isopor tipo P2 de alta densidade, com aplicação de poliuretano injetado nas áreas de difícil acesso. Vedação das junções das chapas do teto e laterais com cola poliureânica de uso da industria automotiva, própria para tal finalidade. Revestimento do assoalho em chapas de compensado naval, com tratamento a prova de umidade, com no mínimo 10mm de espessura, revestido em piso de alumínio antiderrapante automotivo, anti-fungos, com no mínimo 02mm de espessura, com acabamentos nas portas em perfis de alumínio. Vedação dos cantos com cola poliuretânica automotiva de forma a permitir vedação total contra a entrada de umidade ou pó. Maca retrátil que deve ser montada com perfis de alumínio tubular em seção redonda e dimensionada para suportar pacientes com peso até 200kg. Deve ter o quadro das pernas e o quadro do leite, construídos em tubos de alumínio, com seção redonda de 25,4 e 31,75mm de diâmetro, sendo que os tubos da estrutura do leito, das pernas e dos eixos da maca

			devem possuir uma espessura mínima de 3mm. 01 poltrona reclinável com base fixa, confeccionada em estrutura de aço tratado, revestida em courvin na cor verde clara, com cintos de segurança do tipo abdominal 2 pontas na parte frontal da maca; 01 suporte para soro e sangue, confeccionado em alumínio, instalado no corrimão com regulagem de posição; 01 iluminação interna composta de 04 luminárias LED, dupla intensidade, instaladas no teto do compartimento do paciente, com interruptor instalado no painel de comando de forma a ligar de duas em duas luminárias. 01 sinalizador acústico luminoso, tipo barra de luzes de LED'S e sirene eletrônica de três tons, construído com perfis de alumínio extrudado e módulos das lentes em policarbonato; 01 régua tripla completa com frascos, aspirador umidificador, fluxômetro, chicote, máscara e ponto para reserva umidificador 02 suportes para cilindros de oxigênio de 3.5 m³, com cintas tipo catracas, firmemente presos a carroceria do veículo; 02 cilindros de oxigênio de 3.5 m³ com válvula, fixado no suporte acima descrito; Ar condicionado duplo para motorista e paciente; Adesivação e pintura externa serão conforme os padrões do cliente, com adesivos em vinil. **Valor de Referência: R$ 23,700,00**

A entrega do bem descrito no item 01 deverá ser feita na sede do vencedor do item 02. Após a transformação do item 01 em ambulância, o veículo deverá ser entregue junto ao Município de Harmonia/RS.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de n° 1 e n° 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE HARMONIA
EDITAL DE PREGÃO Nº 001/2015
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

AO MUNICÍPIO DE HARMONIA
EDITAL DE PREGÃO Nº 001/2015
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os

demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18 e 7.3, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte**.

3.5.1. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18 e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº s 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas**,** as quais deverão:

a) comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

b) apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

5. DA PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em quinze dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a

última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa do bem ofertado marca modelo, referências e demais dados técnicos;

c) preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora. Os lances e julgamento será por item.

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 05 (cinco minutos) para apresentar nova proposta.

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.6.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R$ 50,00 (Cinqüenta reais).

6.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, consequentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.13. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;

b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;

c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;

b) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5.1, deste edital.

6.15.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.16. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

6.17. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.18. O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.19. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.20. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.

6.21. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n° 4.358-02;

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2.1 *Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.*

7.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

b) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede da licitante;

c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;

f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**.**

7.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉNICA:

7.1.5.1 No caso do item transformação do veiculo, será exigida ainda a seguinte documentação:

a) Certificado de Adequação a legislação de Trânsito CAT;

b) Comprovante de Capacitação Técnica emitida pelo INMETRO;

c) Declaração de garantia da Transformação e equipamentos de 12 meses;

d) Atestado de Capacidade Técnica com ART emitido por órgão público ou privado quanto ao item licitado;

7.2. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.2.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.2.2 Ocorrendo a situação prevista no item 7.2, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.2.3 O benefício de que trata o item 7.2 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.2.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.2, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea *a*, deste edital.

7.3. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8. DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subseqüentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DOS PRAZOS E DA GARANTIA:

10.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 02 (dois) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3 O prazo de entrega do bem descrito no item 01 é de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato, a transformação do veiculo do item 02 será de trinta dias após o recebimento do veiculo.

10.4 O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá após a transformação do item 02 em ambulância.

11. DO RECEBIMENTO:

11.1. A entrega do bem descrito no item 01 deverá ser feita na sede do vencedor do item 02. Após a transformação do item 01 em ambulância, o veículo deverá ser entregue junto ao Município de Harmonia/RS.

11.2. Verificada a desconformidade de algum dos bens, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

11.3. Os bens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

11.4. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

12. DO PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após a entrega total do bem, e a transformação do item 01 em ambulância, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(1718) **449052.00.00.00** – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
ATIVIDADE 1096 – AQUISIÇÃO VEÍCULOS – RECURSO 40 ASPS
07.02 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(718) **449052.00.00.00** – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
ATIVIDADE 1096 – AQUISIÇÃO VEÍCULOS

12.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

12.3. O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 15 (quinze) dias da entrega total do bem.

12.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

13. DAS PENALIDADES:

13.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*

f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: d*eclaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

13.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

13.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Harmonia, setor de Licitações, sito na Avenida Jacob Weissheimer Sobrinho, nº 56, ou pelos telefones 51 - 3695-1111, no horário de expediente ou pelo email: licitacoes@harmonia.rs.gov.br preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

14.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Licitações.

14.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

14.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

14.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

14.6. As cópias extraídas da internet dos documentos referidos nos item 7.1.3, alíneas *b, c* e *d*, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

14.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

14.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

14.9. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

14.10. Fica eleito o Foro da Comarca de São Sebastião do Cai para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Harmonia/RS, 28 de janeiro de 2015.

Este edital foi devidamente examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em _____-_____-_____

_____

Assessoria Jurídica

André Luiz Hilgert

Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO

Nº 000/2015

*Contrato para aquisição de bens na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social que celebram o **MUNICÍPIO DE HARMONIA** e a empresa **----------.***

Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE HARMONIA,** com sede na Avenida Jacob Weissheimer Sobrinho, nº 56, nesta cidade, inscrito no CNPJ nº 91.693.283/0001-50, representado neste ato, pelo Prefeito Municipal, Sr. **Carlos Alberto Fink**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e a empresa _____, estabelecida à _____, nº. _____, _____ – __, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º _____, representada, neste ato, por _____ inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA,** para a aquisição de bens descrita na cláusula primeira – do objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do Pregão Presencial n.º 001/2015, regendo-se pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a aquisição dos seguintes bens:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do bem
1	1	Unidade	Um veículo novo, zero Km (primeiro proprietário), ano e modelo de fabricação 2014, tipo furgão, teto baixo, com capacidade volumétrica no compartimento de carga de no mínimo 7,5m², com dimensões internas mínimas de: altura 1.600mm, comprimento 2.600mm, largura 1.750mm, na cor branca. Capacidade para transportar 01 (motorista) + 02 (passageiros), carroceria monobloco em aço automotivo, com porta lateral corrediça, tração traseira e/ou dianteira, com rodado simples na traseira, potência mínima de 140cv, movido

			a óleo diesel, 04 cilindros, sistema de gerenciamento eletrônico que atenda as Normas ambientais vigentes do CONAMA (PROCONVE P-7), direção hidráulica, caixa de cambio com no mínimo 05 e/ou 06 marchas a frente e uma a ré, freio hidráulico de duplo circuito com servo depressão, freio a disco em todas as rodas com discos frontais auto-ventilados, sistema de antibloqueio de rodas, sistema de controle de tração, servofreio de emergência, distribuição eletrônica de força de frenagem, barra estabilizadora dianteira e traseira, distância entre eixos de no mínimo 3.200mm, AIRBAG motorista, ventilação com ar quente com 04 velocidades, regulagem elétrica de altura de alcance dos faróis, rádio/CD/MP3 com entrada USB, imobilizador eletrônico com chave codificada e espelhos retrovisores com regulagem elétrica e travas nas portas com controle remoto e demais equipamentos de série, macaco, chave de rodas e estepe.
2	1	Unidade	Transformação de veiculo conforme descrição no item 01, para ambulância com revestimento interno do teto e laterais em chapas brancas de fibra de vidro inteiriças e sem emendas, laminadas em moldes já com o formato da parte interna da carroceria e com reforços laterais de perfis de aço com tratamento anti-corrosivo, revestimento nas portas no mesmo material, isolação termo-acústica do compartilhamento de carga em isopor tipo P2 de alta densidade, com aplicação de poliuretano injetado nas áreas de difícil acesso. Vedação das junções das chapas do teto e laterais com cola poliureânica de uso da industria automotiva, própria para tal finalidade. Revestimento do assoalho em chapas de compensado naval, com tratamento a prova de umidade, com no mínimo 10mm de espessura, revestido em piso de alumínio antiderrapante automotivo, anti-fungos, com no mínimo 02mm de espessura, com acabamentos nas portas em perfis de alumínio. Vedação dos cantos com cola poliuretânica automotiva de forma a permitir vedação total contra a entrada de umidade ou pó. Maca retrátil que deve ser montada com perfis de alumínio

			tubular em seção redonda e dimensionada para suportar pacientes com peso até 200kg. Deve ter o quadro das pernas e o quadro do leite, construídos em tubos de alumínio, com seção redonda de 25,4 e 31,75mm de diâmetro, sendo que os tubos da estrutura do leito, das pernas e dos eixos da maca devem possuir uma espessura mínima de 3mm. 01 poltrona reclinável com base fixa, confeccionada em estrutura de aço tratado, revestida em courvin na cor verde clara, com cintos de segurança do tipo abdominal 2 pontas na parte frontal da maca; 01 suporte para soro e sangue, confeccionado em alumínio, instalado no corrimão com regulagem de posição; 01 iluminação interna composta de 04 luminárias LED, dupla intensidade, instaladas no teto do compartimento do paciente, com interruptor instalado no painel de comando de forma a ligar de duas em duas luminárias. 01 sinalizador acústico luminoso, tipo barra de luzes de LED'S e sirene eletrônica de três tons, construído com perfis de alumínio extrudado e módulos das lentes em policarbonato; 01 régua tripla completa com frascos, aspirador umidificador, fluxômetro, chicote, máscara e ponto para reserva umidificador 02 suportes para cilindros de oxigênio de 3.5 m³, com cintas tipo catracas, firmemente presos a carroceria do veículo; 02 cilindros de oxigênio de 3.5 m³ com válvula, fixado no suporte acima descrito; Ar condicionado duplo para motorista e paciente; Adesivação e pintura externa serão conforme os padrões do cliente, com adesivos em vinil.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço unitário do bem é de **R$ _____,00 (_____)**, incluindo despesas de frete.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, sem prejuízo da possibilidade da emissão de reforços ou anulações, em razão da disponibilidade orçamentária ou ainda, nova determinações legais:

07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(1718) **449052.00.00.00** – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
ATIVIDADE 1096 – AQUISIÇÃO VEÍCULOS – RECURSO 40 ASPS
07.02 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(718) **449052.00.00.00** – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
ATIVIDADE 1096 – AQUISIÇÃO VEÍCULOS

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante o seguinte cronograma:

a) Entrega de bens (com respectivo documento fiscal);

b) Pagamento realizado pela Secretaria Municipal da Fazenda em até 15 (quinze) dias após o recebimento definitivo;

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

O veículo descrito no item 01 deverá ser entregue no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato. E a transformação do item 01 em ambulância será de 30 dias.

A entrega do bem descrito no item 01 deverá ser feita na sede do vencedor do item 02. Após a transformação do item 01 em ambulância, o veículo deverá ser entregue junto ao Município de Harmonia/RS.

O recebimento dos bens, objeto da contratação, estará condicionado à conferência, exame e aceitação final, obrigando-se a contratada a reparar, corrigir, substituir, no todo ou em parte, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectadas, sendo recebidos:
Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação;
Definitivamente, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, após a verificação da conformidade dos produtos e conseqüente aceitação.

CLÁUSULA SEXTA - DO ÓRGÃO GESTOR DO CONTRATO

O Município de Harmonia, através da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, e seu titular, o Sr. ERNANI JOSÉ FORNECK, será responsável pela requisição, acompanhamento da entrega e fiscalização dos mesmos observando as exigências referidas no presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato para aquisição dos bens para o Município de Harmonia, terá vigência da data de sua assinatura até o pagamento total do objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DA QUALIDADE DOS PRODUTOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DE DANOS.

A garantia será de, no mínimo, 01 (um) ano, a contar do recebimento definitivo dos produtos, contra defeitos de qualquer natureza, com atendimento de assistência técnica em no máximo 12 (doze) horas após a comunicação.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual;

Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

Comunicar à CONTRATADA as irregularidades observadas na entrega dos bens;

Sustar o recebimento dos bens se não estiverem de acordo com a especificação apresentada;

Solicitar a substituição dos bens se, no período de 30 (trinta) dias, apresentarem defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela constante necessidade de manutenção corretiva;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da CONTRATADA:

Cumprir fielmente as obrigações contratuais de forma que os bens sejam entregues conforme as especificações apresentadas;

Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos bens novos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela CONTRATANTE;

Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos bens novos, e a outros bens de propriedade da CONTRATANTE, quando estes tenham sido ocasionados por empregados credenciados para a entrega dos produtos;

Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega ou da assistência técnica aos bens novos objeto desta licitação;

Responsabilizar-se integralmente pela entrega e retirada dos bens, no local já indicado, de acordo com as especificações e demais normas pertinentes;

Apresentar Nota Fiscal ou Fatura, comprovante do fornecimento,

Arcar com todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas decorrentes do fornecimento dos bens;

Comunicar, ao dirigente das Secretarias Municipais da CONTRATANTE, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

Cumprir o prazo de garantia,

Substituir os bens que apresentarem defeitos sistemáticos de fabricação, no período de 30 (trinta) dias, devidamente comprovados pela constante necessidade de manutenção corretiva. Deverão ser substituídos pela licitante vencedora sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, Lei federal n° 8.666/93.

Parágrafo único – A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos;

c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 15 (quinze) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 03 (três) anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal 8.666/93 e as leis complementares, recorrendo à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito. Elegem as partes independente de qualquer outro por mais privilegiado que for, o Foro da Comarca de São Sebastião do Cai/RS para dirimir quaisquer dúvidas ou questões do presente contrato. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, o qual lido, achado e assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas.

Harmonia/RS, ___ de _____ de 2015.

Carlos Alberto Fink
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

Testemunhas:

--- ---